



ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS NOTIFICAÇÕES DO SISNOV/SINAN

Jéssica Rodrigues da Silva Cecim ¹
Victoria Alchangelo dos Santos ²

RESUMO

Diante da grande problemática da violência contra a mulher, fez-se de suma importância avaliar como os serviços que realizam a notificação de violência funcionaram durante o período da pandemia e como o território influenciou no processo de notificação da violência. Para isso, utilizou-se dados referentes às notificações de violência contra mulheres de 20 a 59 anos feitas pelo sistema entre os anos de 2015 a 2020, que incorpora o Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Campinas - São Paulo. Foram confeccionados gráficos para demonstração das informações obtidas, nos quais percebemos que houve uma redução das notificações em 2020. Ainda, observou-se que as notificações eram mais regionalizadas, porém, devido ao fechamento de alguns locais disponíveis para notificações, os hospitais referenciais foram os que mais notificaram violência. Tais dados confluem para diversas discussões referentes ao que tange a interseccionalidade das opressões que atingem os indivíduos, sendo este referente a raça/cor, condições sócio-econômicas e educação das mulheres. Assim, entende-se que a violência contra a mulher não se relaciona apenas com classe social, raça, orientação sexual e local de habitação, mas que a busca por ajuda também se limita a tais fatores, impedindo que muitas mulheres em situações de vulnerabilidade busquem por auxílio.

Palavras-chave: interseccionalidade, território, pandemia por COVID-19.

ABSTRACT

Given the significant issue of violence against women, it was of paramount importance to assess how the services that report violence functioned during the pandemic and how the geographical location affects the reporting process of violence. To do so, data related to reports of violence against women aged 20 to 59, made through the healthcare system between 2015 and 2020, which are from the database of Unified Health System (SUS) in the city of Campinas, were used. Graphical images were created to demonstrate the obtained information, allowing the perception that there was a reduction in reports in 2020. Furthermore, it was observed that the reports were more regionalized, but due to the closure of some reporting facilities, the referral hospitals were the ones who most reported violence. These data converge into various discussions regarding the intersectionality of oppressions

¹ Professora no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: jessica.cecim@ufg.br. Financiamento FAEPEX, nº 519.292.

² Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), v225524@dac.unicamp.br;

affecting individuals, related to race/ethnicity, socio-economic conditions of women, and women's education. Thus, it is understood that violence against women is not solely related to social class, race, sexual orientation, and place of residence, but that seeking help is limited by these factors, which intersect and prevent many women and individuals in vulnerable situations from seeking assistance.

Keywords: intersectionality, territory, SARS-CoV pandemic.

Introdução

Por muito tempo, a mulher foi considerada socialmente como propriedade do homem, seu objeto de prazer e reprodução (hooks, [1952] 2019). Ainda, da perspectiva de gênero, muitas vezes outros fatores tão importantes quanto o gênero se interseccionam, tal como a raça, sexualidade, idade e presença ou não de deficiência (SILVA e SILVA, 2014) e podem causar, nesses indivíduos, escassez de recursos para condições adequadas de vida social.

Essa interseccionalidade gera diferentes interações dos sujeitos com a sociedade. Consequentemente, uma das expressões das opressões sofridas, dada a visão de inferioridade da mulher quanto à força física, é a violência contra essa classe (MINAYO, 2006). Assim, a violência contra a mulher pode se manifestar de diversas formas, como descreve a Krug et al. (2002) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo o documento, as violências podem ser praticadas contra crianças, mulheres e idosos, os quais são os corpos sociais vistos como fragilizados na sociedade patriarcal atual (MINAYO, 2006). No mais, as violências podem ser classificadas conforme o agressor e sua natureza: física, sexual, psicológica e privação/negligência (KRUG *et al.*, 2002).

Vista a grande ocorrência de violência na sociedade, sobretudo contra a mulher, leis protecionistas de abrangência nacional foram criadas, a exemplo a Lei Maria da Penha, n. 11.340/2006 (BRASIL, 2006). E, mediante a necessidade de notificar casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, contra qualquer gênero e idade, e a exploração sexual de crianças e adolescentes, em 2005 foi implementado em Campinas, cidade do interior do estado de São Paulo, pela Secretaria de Saúde Municipal e pelo SUS (Sistema Único de Saúde), o SISNOV - Sistema de Notificação de Violência - (SISNOV/SINAN, 2016).

Esse sistema funciona de forma eletrônica em diversos sistemas de atenção ao público - unidades de serviços de saúde, escolas e postos de defesa civil (BOLETIM SISNOV, 2021) -, devendo notificar de forma obrigatória e imediata, casos de suspeita ou confirmação de

violências. Uma vez que a notificação é de extrema importância, em 2008, foi incrementado ao SUS nacionalmente o SINAN - Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação -, compondo o SISNOV/SINAN na cidade de Campinas (SISNOV/SINAN, 2016), o qual amplifica as notificações feitas pelo sistema.

Assim, sabendo que a violência contra a mulher na sociedade atual tem sido pauta de lutas feministas (SARTI, 2004), considerando a relevância de pesquisas enfocando tal tema e da necessidade de produção científica neste eixo (MINAYO, 2006) e o contexto de isolamento social ocorrido durante o ano de 2020 decorrente da pandemia do SARS-CoV-2, analisou-se os dados fornecidos pela plataforma SISNOV/SINAN.

Com o presente estudo comparou-se os casos de notificação compulsória de violência contra a mulher feito pelo SISNOV/SINAN entre os anos de 2015 e 2020, identificando variações em: número de violências, tipos de violência, agressores, locais de notificação e habitação da mulher. Os dados foram estudados considerando o cenário de pandemia e os aspectos sociais da cidade, de sua construção, do seu desplanejamento planejado, discutindo a violência de gênero no contexto de Direito à Cidade.

Percursos metodológicos

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo longitudinal entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, utilizando a plataforma do site SISNOV/SINAN para coletar e computar os dados referentes a janeiro de 2015 a dezembro de 2020. Utilizou-se os filtros: “ciclo de vida entre 20 e 59 anos” e sexo da vítima da notificação “feminino” em todas as pesquisas. Coletou-se o número de notificações variando o local de notificação e habitação por região e mês de notificação e o tipo de agressor, tipo de violência, perfil das mulheres (quanto à escolaridade, estado civil e cor) e pela sua idade.

Dentro das possibilidades oferecidas pela plataforma, no que diz respeito à regionalidade, usou-se as regiões determinadas pelo SUS: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste. Quanto às faixas etárias, determinou-se os intervalos: “20 a 29 anos”, “30 a 39 anos” e “40 a 59 anos”. Outros instrumentos, como dados de serviços públicos, foram utilizados para coletar dados sobre os períodos de isolamento social e a intensidade das medidas restritivas da cidade.

Houve também a produção de tabelas, gráficos e mapas, os quais foram utilizados para que as análises pudessem ser feitas de forma efetiva e visual, facilitando o entendimento e

diminuindo riscos de confusão a respeito dos dados encontrados. Para as produções, foi utilizado o *Google Sheets* e o programa *QGIS*, respectivamente.

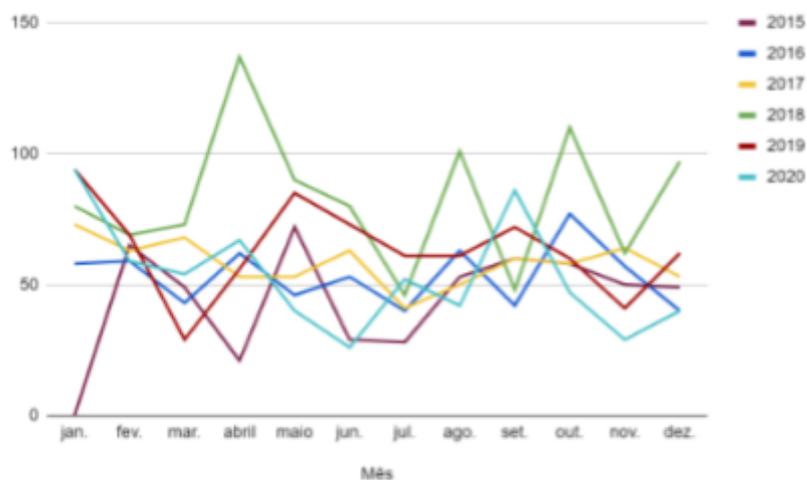
A intersecção entre Saúde e Geografia

Haja vista a pesquisa ter sido realizada por uma estudante de enfermagem com orientação de uma professora de geografia, nossos referenciais teóricos e análises se dão na confluência da área da saúde e da Geografia. De pontos de partida, utilizou-se muito das discussões trazidas por Minayo (2006), em seu texto *Violência e Saúde*, para além de literaturas clássicas como hooks ([1952] 2019), com a *Teoria Feminista: da margem ao centro* e Silva e Silva (2014), com o *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Com o transcorrer do trabalho, outras autoras e autores foram sendo dialogados, como mostraremos em nossas análises.

As notificações em tempos de COVID-19

Inicialmente, uma primeira comparação entre os dados anuais mostrou altas nos números de notificações em anos anteriores a 2020 e baixa neste ano (Gráfico 1). Pensando particularmente no sistema SISNOV/SINAN, que teve uma implementação mais completa entre 2008 e 2009, sendo um sistema digital novo e necessitante de treinamentos e investimentos, supõe-se que a sua utilização de forma máxima ainda não foi atingida e seja gradualmente maior a cada ano. Assim, faz sentido pensar que parte do aumento das notificações ao longo dos cinco anos estudados se deve à maior utilização do sistema.

GRÁFICO 1 - NOTIFICAÇÕES AO LONGO DOS ANOS



Fonte: SISNOV/SINAN (2021).

**GRÁFICO 2 - NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES EM COMPARAÇÃO COM AS
RESTRICÇÕES DA PANDEMIA EM 2020**

Fonte: Boletim epidemiológico de Campinas (2020) e SISNOV/SINAN (2021).

Ao analisar o Gráfico 1, é perceptível que o ano de 2020 possui um número de notificações reduzido em certos meses (maio, junho, agosto, outubro e novembro), em comparação a anos anteriores. Com o Gráfico 2 é possível comparar o número de notificações e o grau de restrição que havia ao longo dos meses durante o ano de 2020. Sabendo que nos meses de maio, junho e julho, houve as maiores restrições e período de maiores temores da pandemia, percebe-se que houve um baixo número de notificações. Essa queda no número de notificações é um resultado apenas da não notificação das violências e não, necessariamente, de uma redução dos casos de violência em si, uma vez que esses índices estavam crescendo em períodos anteriores. Na pandemia, as vítimas estavam isoladas em suas casas com seus agressores, não havendo possibilidades de realizar denúncias ou separar-se do agressor, tal como aponta Madeira *et al.* (2021) e a OMS (WHO, 2020).

Algumas das justificativas para o aumento das violências são as condições econômicas atravessadas durante a pandemia, pois cerca de 7,3 milhões de pessoas viviam com cerca de 89 reais por mês - configurando pobreza extrema nos quesitos brasileiros - e 13,630 milhões com cerca de 178 reais mensais - configurando pobreza - (IBGE, 2021), e muitas perderam suas fontes de renda e moradias, assim, as condições que já eram ruins ficaram piores.

Sem condições adequadas de vida, devido às mudanças enfrentadas, houve um momento de grande estresse, ocorrendo então, muitos casos de violência contra aqueles que são estruturalmente entendidos como mais fracos na sociedade (MINAYO, 2006). Dessa forma, quando comparada a situação de desemprego do país (IBGE, 2021) com o gráfico de

notificações por restrição (Gráfico 2), percebe-se que nos meses que houve o crescimento do índice de desemprego, juntamente com o aumento das medidas de isolamento da pandemia, houve um decaimento nas notificações.

Posteriormente, no terceiro trimestre de 2020, o maior índice de desemprego foi atingido (IBGE, 2021); nos meses de julho, setembro e agosto as notificações de violência sofreram uma variação, mantendo-se pouco acima dos resultados de maio/junho, mas abaixo de números posteriores e até mesmo anteriores quando comparados aos números anuais para o período (Gráfico 1). Porém, nesse contexto, se tem a maior flexibilização das restrições (Gráfico 2), retomando-se a ideia de que a mulher pôde, independentemente do porquê, sair do local de agressão e violência ser notificada.

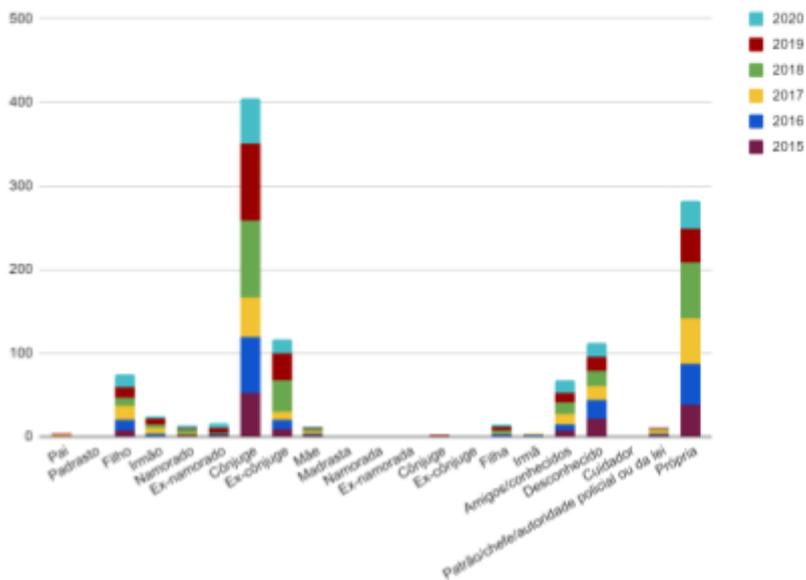
Essas informações coletadas são consoantes com os dados encontrados na pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), o qual revela que 33% das pessoas entrevistadas perderam seu emprego, 30% teve medo de não conseguir pagar as contas, em 44,4% houve aumento do estresse nas casas e 52,8% dos homens permaneceram em casa durante a pandemia. Assim, pode-se concluir que todas essas variáveis foram integrantes e tiveram influência no aumento da violência contra a mulher na pandemia e redução das notificações dessas.

Agressores, local de ocorrência, tipo de violência e perfil das mulheres

É importante entender que há uma grande correlação entre o agressor, o local de ocorrência e o tipo de violência. No presente estudo, que se assemelha com dados internacionais (WHO, 2020), a maior parte das violências acontecem com o agressor, majoritariamente sendo o cônjuge desta mulher (Gráfico 3, 4 e 5). Conclui-se que estes elevados índices são um reflexo, ainda, da sociedade etarista, que entendem esses corpos como mais manipuláveis e passíveis a domínio, sobretudo corpos negros (hooks, [1952] 2019; MINAYO, 2006), o que conflui com dados nacionais de violência (FBSP, 2021).

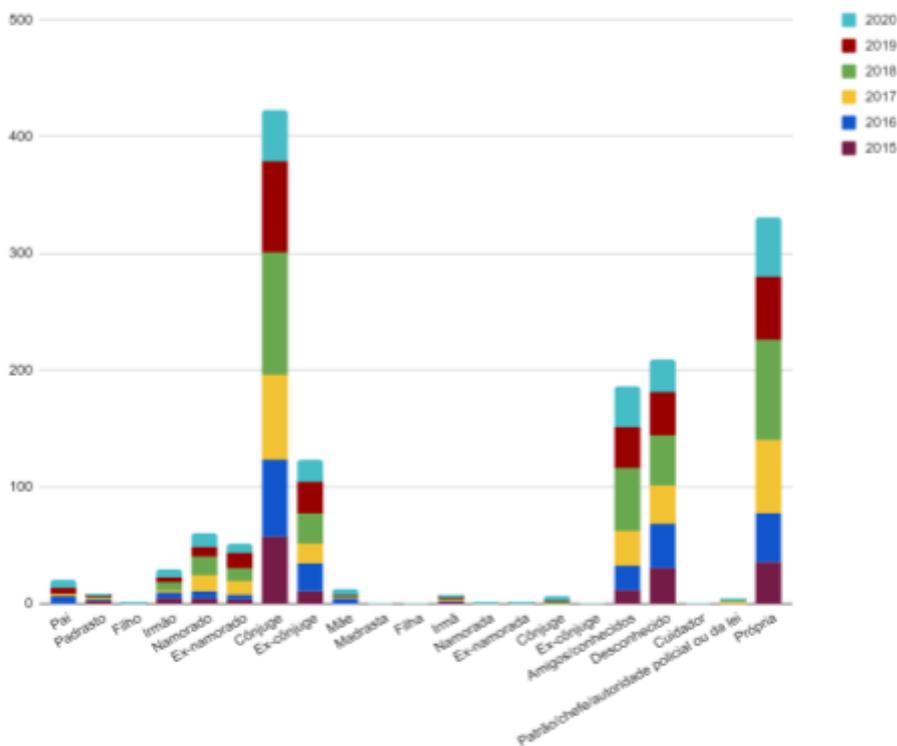


GRÁFICO 3 - AGRESSORES DE 20 A 29 ANOS



Fonte: SISNOV/SINAN (2021).

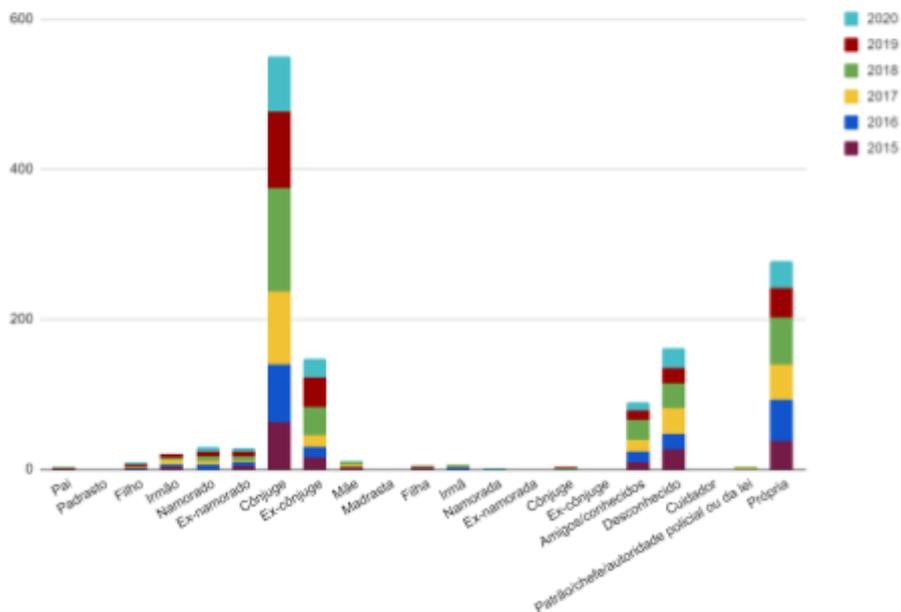
GRÁFICO 4 - AGRESSORES DE 30 A 39 ANOS



Fonte: SISNOV/SINAN (2021).



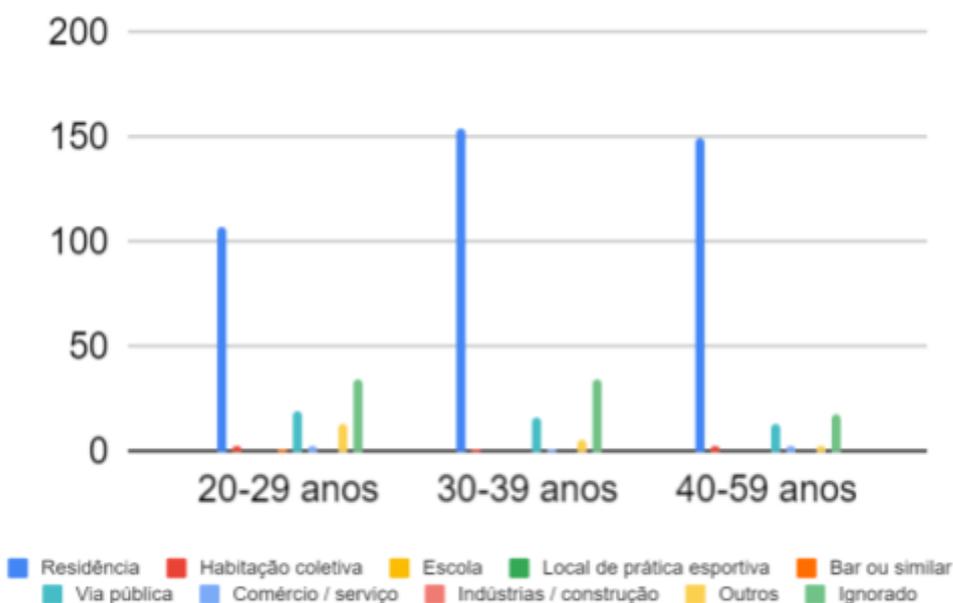
GRÁFICO 5 - AGRESSORES DE 40 A 59 ANOS



Fonte: SISNOV/SINAN (2021).

Em relação ao local de ocorrência da violência, compreendendo que na maior parte dos casos o agressor é o parceiro íntimo, não é espantoso observar que o local onde há o maior número de violências notificadas seja no ambiente doméstico (Gráfico 6), o que dialoga com as publicações do Fórum de Segurança Pública (2021).

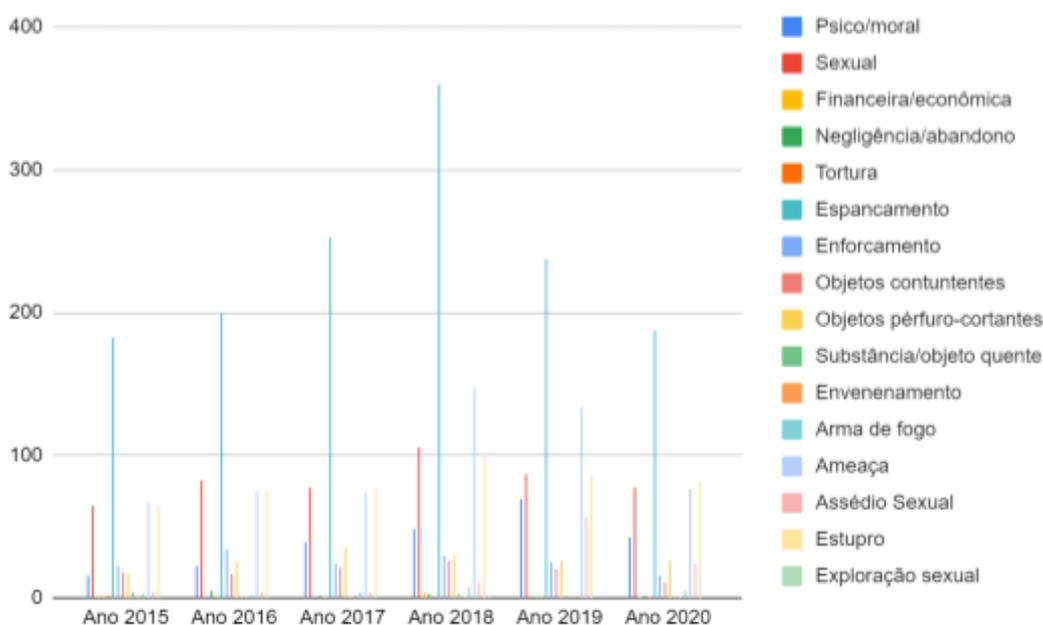
GRÁFICO 6 - LOCAL DE OCORRÊNCIA EM 2020



Fonte: SISNOV/SINAN (2021).

Concomitantemente, nota-se que a violência mais notificada foi o espancamento (Gráfico 7). Porém, é importante haver um alerta sobre os tipos de violência, pois em muitos casos violências de cunho psicológicas e morais não são entendidas como violência e são menos frequentemente notadas pelo seu caráter não físico e por não marcar o corpo físico da mulher de forma tão evidente (DELMORO; VILELA, 2022).

GRÁFICO 7 - TIPOS DE VIOLÊNCIA OCORRIDAS EM 2020



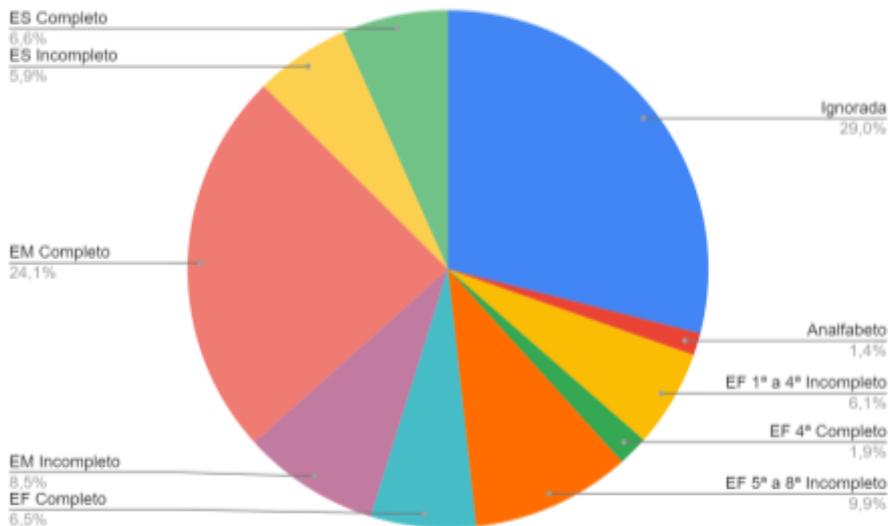
Fonte: SISNOV/SINAN (2021).

Um ponderamento que pode ser feito entre os achados desta pesquisa, apresentado a seguir (Gráfico 8) e que dialoga com os resultados de outros estudos (DELMORO; VILELA, 2022; FBSP, 2021): há maiores índices de violência quando a mulher possui um grau de escolaridade maior. Algumas das justificativas podem ser a maior instrumentalização e busca ativa de ajuda em casos de violência, visto que esta mulher tem a possibilidade de encontrar melhores redes de apoio.

Nesta última linha de raciocínio, é possível comparar a escolaridade das mulheres (Gráfico 8), a sua cor/raça (MAPA 1) e o grau de notificação em cada uma dessas variantes, identificando, assim, que mulheres que cursaram o ensino médio e são autodeclaradas brancas apresentam o maior número de notificações. A sintonia dos dados não é espantosa, uma vez que as taxas de alfabetização de mulheres brancas é muito maior que a de mulheres negras (IBGE, 2019).

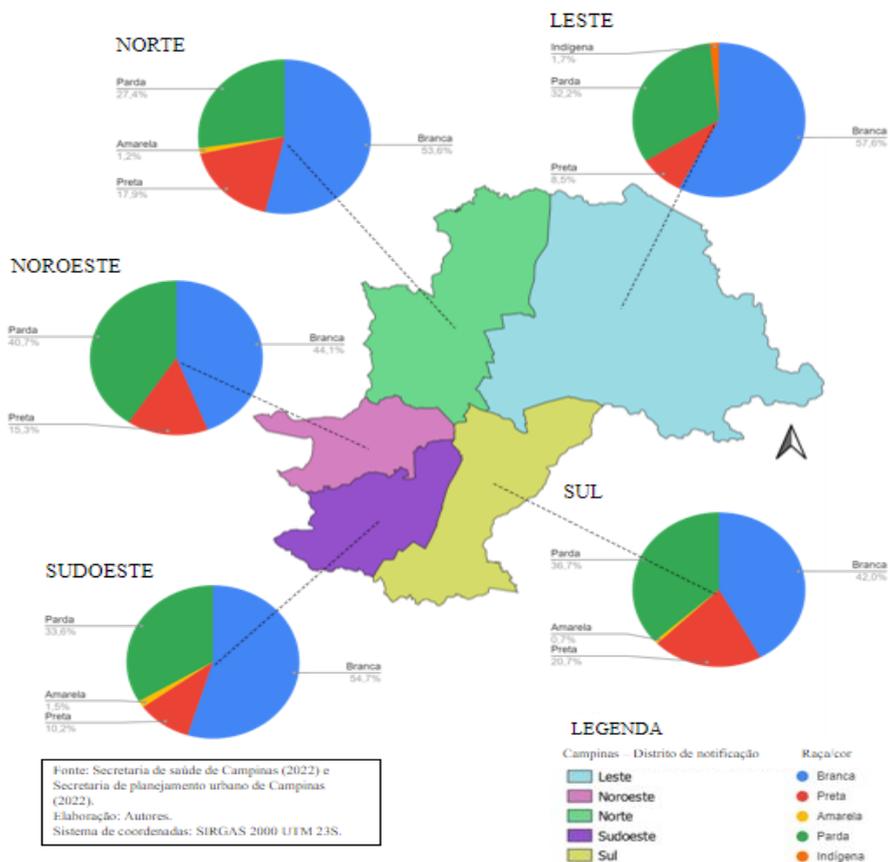


GRÁFICO 8 - ESCOLARIDADE DAS MULHERES



Fonte: SISNOV/SINAN (2021).

IMAGEM 1 – PERCENTUAL DE COR NAS NOTIFICAÇÕES DE CADA REGIÃO EM 2020

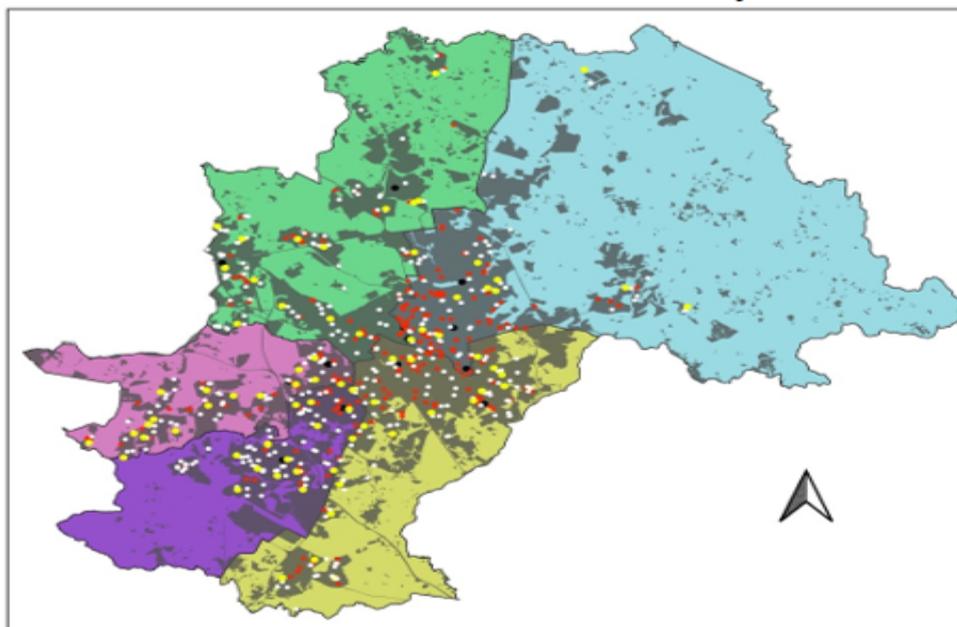




O Território e as violências

Apesar da violência ser algo presente nos mais diferentes graus de educação, idade, situação econômica e social, cor e gênero (MINAYO, 2006), realizar a notificação da violência e lidar com ela possui seu cunho de elitismo. Isso porque muitas vezes o próprio serviço de notificação pode negligenciar a população que pede auxílio, por manter o mesmo comportamento e ideologia da sociedade, sendo um serviço misógino, racista, LGBTQIAPN+fóbico, opressor e violento (BRASIL, 2015). Assim, entende-se que os dados analisados neste estudo não se referem a violência em si, mas sim às notificações feitas, as quais correspondem a menos de 50% dos casos de violência que ocorrem no Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Assim, as violências que são trabalhadas já possuem um filtro de possibilidade de notificação de violência, incluindo muitas mulheres das estatísticas formuladas e também tendo seu grau de confusão.

MAPA 2 - LOCAIS DE NOTIFICAÇÃO



LEGENDA

Locais de Notificação

- Educação
- Saúde
- Segurança
- Assistência Social

Campinas - Mancha Urbana

- Campinas - Distritos de Notificação
- Leste
- Noroeste
- Norte
- Sudoeste
- Sul

Fonte: Secretaria de saúde de Campinas (2022) e Secretaria de planejamento urbano de Campinas (2022).
Elaboração: Autores.
Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 UTM 23S.



Sobre os locais de notificações (Mapa 2), percebe-se que eles acompanham a mancha urbana de Campinas, ou seja, estão seguindo onde há população urbana em Campinas, sendo mais prevalente na região central, tal como Rossetto (2019) também identifica. O SUS possui, como uma de suas diretrizes ter unidades de atendimento regionalizadas que consigam atender toda a população do território (PAIM, 2016), portanto, a falta de unidades de saúde nas regiões mais periféricas da cidade caracterizam a falta de um local próximo para notificar violência e para ter acesso à saúde no geral, o que é um problema do sistema.

Analisando a série dos mapas (Mapas 3 a 8), os quais representam a quantidade de notificações ao longo dos anos, é perceptível que algumas regiões possuem um grau de notificação maior que outras, como é o caso da região Leste. Por outro lado, áreas como a região Sul possuem um baixo índice de notificação o que, quando correlacionado com o Mapa 2, é condizente pela maior extensão do território não possuir sedes para notificações, apesar da quantidade de locais de notificação não ser sinônimo de notificação. Porém, para realizar discussões sobre pontos de notificação e sua relação com as notificações, é necessário entender que pontos referenciais para cuidados com pessoas violentadas, como é o caso do CAISM - UNICAMP, que fica na região Norte da cidade, acabam por centralizar as notificações, gerando um fator de confundimento sobre a região notificar muito e apenas um ponto de notificação notificar muitos casos de violência.

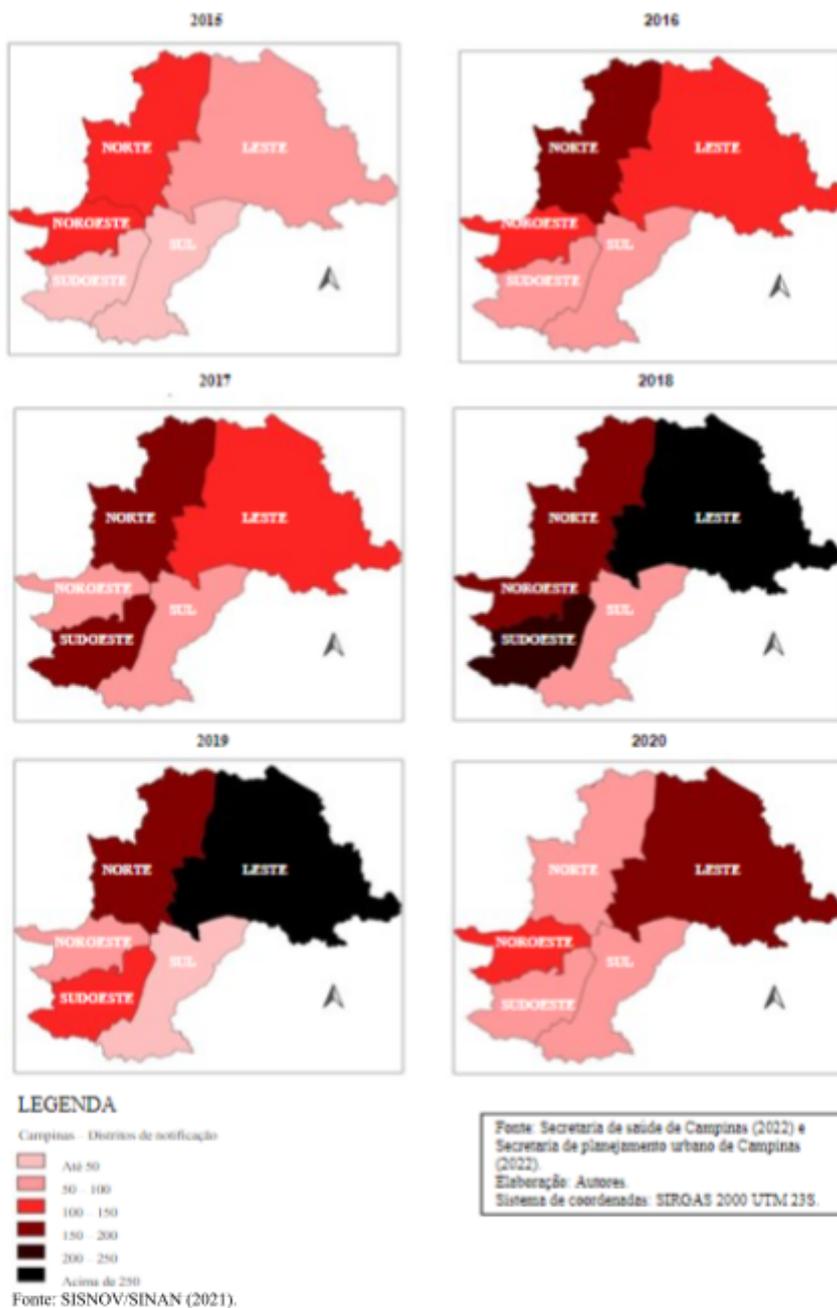
Outros fatores a se observar nos mapas, além da questão de pontos referenciais de notificação, é a questão de condições para ofertar um atendimento que seja capaz de possibilitar, mediante a demanda de serviço dos funcionários, um ambiente confortável para relato das pacientes ou a simples atenção integral ao indivíduo que possibilite o olhar atento em busca de sinais de violência. Tais quesitos são dificilmente alcançados, sobretudo com a intensa demanda de serviços nas unidades, as quais ficam ainda mais sobrecarregadas quando não há serviços complementares aos arredores, como é o caso em todas as regiões mais periféricas de Campinas e que não se enquadram na mancha urbana.

A dificuldade em se locomover para ter acesso a serviços de saúde e de educação, por exemplo, é um fator que muitas vezes impede que o indivíduo tenha acesso a assistência de qualidade e faz com que o seu direito à cidade (FREITAS, 2019; FREITAS; GONÇALVES, 2021) e o uso dos serviços oferecidos seja prejudicado ou deficiente. Ainda, a ida para os pontos de notificação em busca de ajuda pode colocar a mulher em uma situação muito



perigosa e que gera mais consequências do que solução para as mulheres que não possuem, fora de seus ambientes domésticos violentos, outras fontes de auxílio (CORRÊA et al., 2021).

MAPAS 3 A 8 - LOCAL DE NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA



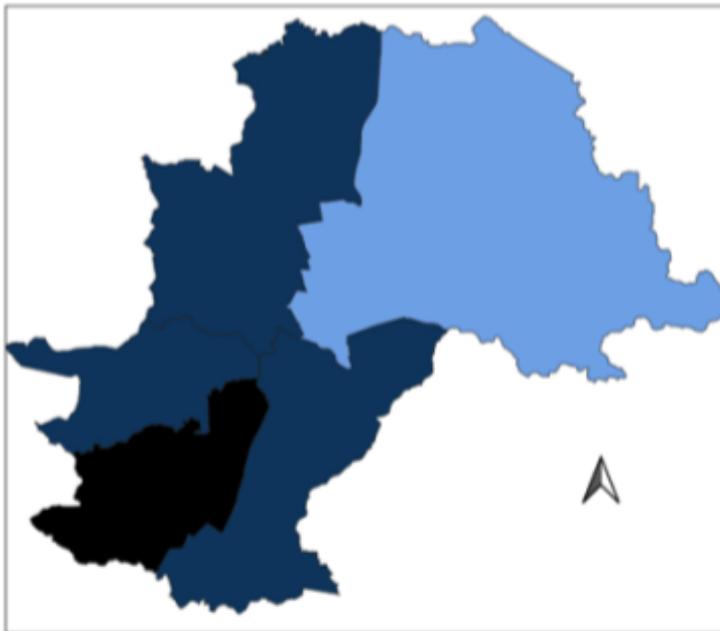
Dentre as diversas características que já isolam os indivíduos de usufruírem da cidade como é garantido por lei, como o gênero e a sua expressão, a orientação sexual, raça/cor, fatores coletivos de infraestrutura interseccionam-se com esses fatores individuais para gerar ainda mais o isolamento dos indivíduos. Tais fatores são: a não pavimentação das ruas, a falta de serviços de condução (ônibus), o não oferecimento de saneamento de água e esgoto, que



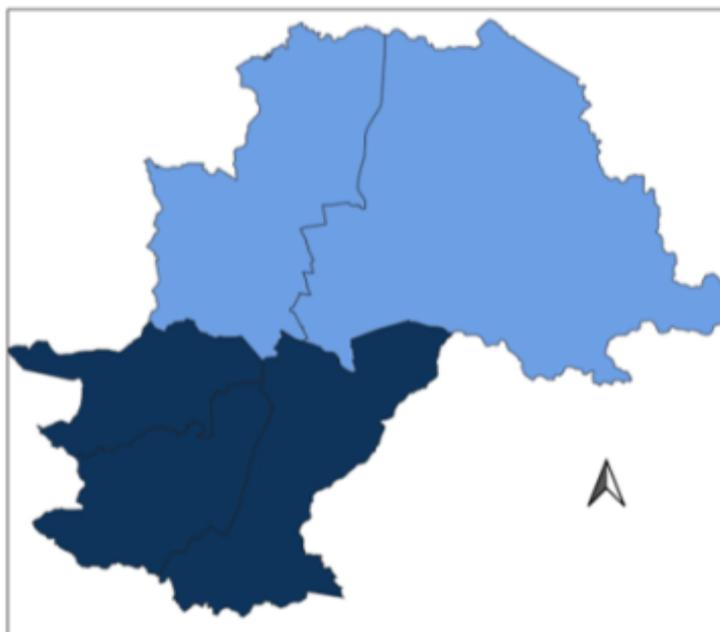
são básicos e fundamentais, os quais juntos tornam essa população isolada e sem amparo, o que é de completo interesse das oligarquias desde o período colonial (MOURA, 1994; SAWAIA, 2001).

MAPA 9 E 10 - LOCAL DE HABITAÇÃO

2019



2020



LEGENDA

Campinas - Distritos de notificação

- 50 - 100
- 100 - 150
- 150 - 200

Fonte: Secretaria de saúde de Campinas (2022) e
Secretaria de planejamento urbano de Campinas
(2022).

Elaboração: Autores.

Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 UTM 23S.

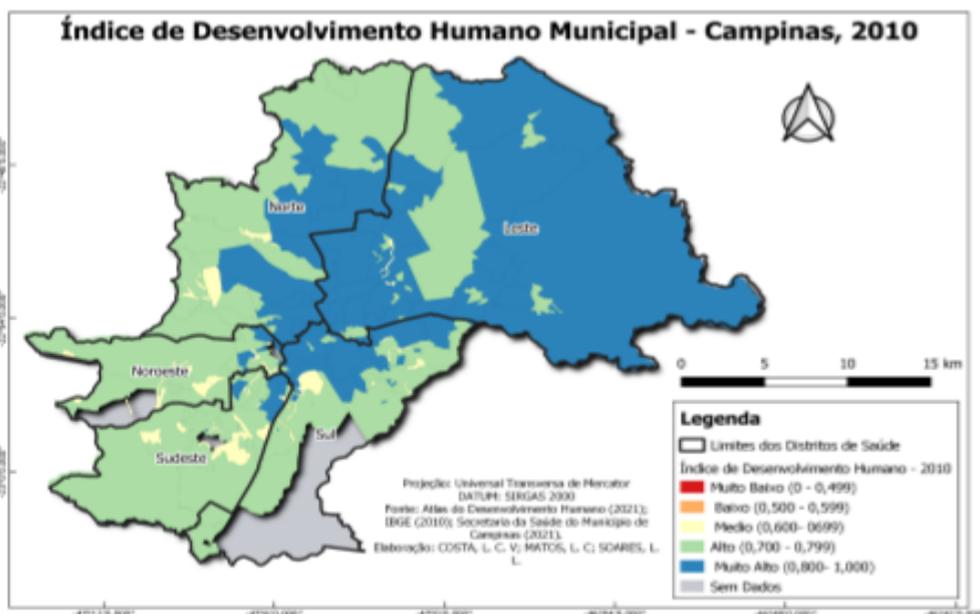


Para fortalecer ainda mais o que foi apontado, dos dados coletados, os mapas 9 e 10 mostram o local de habitação das mulheres que fizeram as notificações. Importante ressaltar que os dados referentes aos anos de 2015 a 2019 eram muito semelhantes, logo, apenas o mapa de 2019 foi escolhido para comparação com o de 2020, que era um ano com isolamento social.

Com a análise dos mapas, chega-se à conclusão de que a região Sul, Sudoeste e Noroeste são regiões que possuem muitas mulheres que notificam a violência. Essa região de Campinas é uma região que possui menores condições de infraestrutura e menor IDH (MAPA 11). Assim, entende-se que essa região é mais desamparada que as outras, além de ser uma região que possui uma maior porcentagem, não inesperadamente, de pessoas negras, uma vez que os processos de urbanização brasileiros frisaram deixar a população preta nas periferias e sem acesso à cidade (MOURA, 1994).

Pensando sobre as questões raciais, o Mapa 1 demonstra qual a raça/cor das mulheres que fizeram as notificações em 2020. Percebe-se que é majoritário o número de mulheres brancas que fazem as notificações de violência independente do distrito que se analisa, seguido de um alto índice de mulheres pardas. Deste modo, grandes discussões podem ser feitas sobre o assunto, pois diversos motivos podem ser a causa dos números e algumas das hipóteses propostas são de que muitas mulheres pretas se identificam como mulheres pardas ou pardas que se identificam como mulheres brancas (MIRANDA, 2010).

MAPA 11 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE CAMPINAS



Fonte: MATOS *et al.* (2021).

Outra hipótese, que não necessariamente está desvinculada da sugerida anteriormente, é que mesmo quando se faz um recorte da população quanto à classe social e região de moradia, as questões de cor ainda são determinantes para a procura ou não de serviços para identificar a violência contra a mulher (CORRÊA et al., 2021). Portanto, pode-se entender, independente da hipótese seguida, que a questão racial, da cor da pessoa, ainda é um fator que é determinante da busca ativa por ajuda.

Considerações Finais

Com os dados coletados foi possível concluir que a violência contra a mulher na cidade de Campinas acontece em todos os distritos, em altos valores para as mulheres de 20 a 59 anos, variando pouco conforme a idade, agressor, tipo e local da violência. Ainda, pode-se concluir que as regiões mais ao sul da cidade estão com maiores índices de notificações, logo, indica-se que há maiores números reais de violência e medidas precisam ser tomadas para conscientização da população e educação para que a violência contra a mulher possa ser inexistente, conjuntamente com os pensamentos opressores e patriarcais da sociedade.

Além de trazer algumas respostas, é importante ressaltar a vastidão de conteúdos e tópicos que podem ser explorados em trabalhos futuros, como o alto índice de agressões e o que isso significa, o aumento da violência contra a mulher em 2018, além de haver o SISNOV/SINAN, que possui um banco de dados muito extenso e que permite diversas análises aprofundadas sobre as violências, não somente contra a mulher, mas também contra crianças e idosos. No mais, destaca-se apenas a complexidade e não estaticidade da violência na sociedade e a busca constante para desenvolver meios e sistemas de governo que sejam menos violentos e opressores como os vigentes no mundo atual.

Após o período de estudo sobre a violência contra a mulher, é notória a imensidão do tema e o quanto ainda pode e deve ser estudado. Conclui-se, também, que qualquer mulher está predisposta a sofrer uma violência, mas que sua classe social, idade, raça/cor e escolaridade estão intimamente ligados à notificação da violência e solubilidade dela. Identificou-se que quanto menor é o acesso à cidade e aos seus direitos civis, maiores são as notificações de violência. Porém, esses dados devem ser complementados e complementares a pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CERQUEIRA, D. *et al.* ATLAS de Violência 2020. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, São Paulo, v. 6, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

_____. ATLAS de Violência 2021. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, São Paulo, v. 7, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CORRÊA, M. D. *et al.* As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210001>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

DELMORO, I. C. L.; VILELA, S. C. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Rev. Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 38, e-021239, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.31011/reaid-2022-v.96-n.38-art.1273>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

_____. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª ed. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FREITAS, A. A. O. Estudos Feministas sobre a Questão Urbana: Abordagens e Críticas. **ANAIIS XVIII ENANPUR**. Natal, 2019. Disponível em:

<<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=967>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FREITAS, L. S. F.; GONÇALVES, E. *Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista*. In: ENANPUR. XVIII., 2019, Natal. **XVIII ENANPUR 2019**. Natal: Anais XVIII ENANPUR, 2019. e216210. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620010>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GOVERNO DE SÃO PAULO. *Plano de São Paulo*. 2020. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/PlanoSP-apresentacao-v2.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

hooks, b. **Teoria feminista: Da Margem ao Centro**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, [1952] 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD Contínua**: revisão da série de rendimentos do trabalho da PNAD contínua: identificação e tratamento de rendimentos outliers na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2019. 4 p. Nota técnica jul./2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. **Painel de indicadores: desemprego**, 2021a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em 28 jan. 2022.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2021b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

KRUG, E. G. *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**, Geneva, Organização Mundial da Saúde (OMS), 2002. Disponível em: <<https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MADEIRA, L. M. *et al.* *Vida: simulando violência doméstica em tempos de quarentena*. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, Brasília: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2633.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

MATOS, L. C. *et al.* Investigando a gravidez na adolescência por meio da geografia: a utilização da aprendizagem baseada em problema no PIBIC-Ensino Médio. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA E WORKSHOP DE CARTOGRAFIA E NOVOS LETRAMENTOS. 7º e 3º., 2021, Campinas. **Geografia, escola e tecnologias: discursos atuais e encontros possíveis.** Campinas, 2021. 104-13. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3664>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MIRANDA, M. **Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil.** 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24243/1/monique_miranda_ensp_mest_2010.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde.** 1ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro.** 1ª ed. São Paulo: Anita, 1994.

PAIM, J. S. **O que é SUS?** Coleção Temas em Saúde. 1ª ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

ROSSETTO, M. J. B. A cidade não é neutra: A vulnerabilidade feminina em Campinas – SP. In: ENANPEGE. XIII., 2019, São Paulo. **A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento.** São Paulo: Anais XIII ENANPEGE, 2019. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562954239_ARQUIVO_ROSSETTO_MariaJuliaBuck.ENANPEGE.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFPPCv/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SAWAIA, B. (org). **As Artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO DE CAMPINAS. **Metadados geospaciais: descrição das camadas de informação disponibilizadas ao cidadão via WEB.** 2022. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/governo/saude/unidades/centros-de-saude/>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. A interseccionalidade como possibilidade de análise do espaço geográfico. In: **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. 1ª ed. Paraná: Todapalavra, 2014. p. 28-35.

SISNOV/SINAN. **SISNOV/SINAN - Sistema de Notificação de Violência em Campinas**. 2016. Site de notificação, consulta de relatórios e boletins informativos sobre as notificações de violência da cidade de Campinas - SP. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/oque_e.html>. Acesso em: 16 nov. 2021.

_____. **Sistema de Informação - TabNet**: Coordenadoria de Informação e Informática Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, 2021. Portal Saúde Campinas. Disponível em: <<http://tabnet.campinas.sp.gov.br/dh?sisnov/violencianet.def>>. Acesso em 15 fev. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus disease (COVID-19): Violence against women. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19-violence-against-women>>. Acesso em: 28 jul. 2022.